

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL- IPPUR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO 2000**

**NOVA HOLANDA: segregação na segregação ou produção de
espaço diferenciado?**

A

LCH

Por, *Valdecir de Andrade Amorim
Dezembro de 2000



AMORIM, Valdecir de Andrade, 2001-01-12

Monografia: NOVA HOLANDA: segregação na segregação ou produção de espaço diferenciado?

Valdecir de Andrade Amorim, Rio de Janeiro, 2001-01-12

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de trabalho, Ana Rosa e Ivan Hidalgo, pelo incentivo aos meus estudos.

Ao Corpo Docente do Departamento de geografia da UERJ/FFP, pelo empenho dedicado à minha formação discente.

Ao IPPUR, pelo magnífico Corpo de Funcionário Técnico-Administrativos.

Ao Corpo Docente do IPPUR, que forneceu bibliografia e subsídios , propiciando um melhoramento substancial a este trabalho e a minha formação acadêmica.

Especialmente aos Professores Robert, Claudia, e Jorge Natal pelo apoio, amizade, dedicação e auxílio no desenvolvimento de todos os alunos.

Especialmente à minha orientadora, Prof^a Luciana Corrêa Lago pela amizade, dedicação e auxílio no desenvolvimento deste trabalho.

NOVA HOLANDA: segregação na segregação ou produção de espaço diferenciado?

Valdecir de Andrade Amorim

Monografia submetida ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro _UFRJ

Aprovada por:

Profª Luciana Corrêa Lago

ÍNDICE

Introdução.....	1
FAVELA E A SUA EXPANSÃO EM 1960.....	2
O Complexo da Maré.....	4
Processos Sócio-Espaciais ocorridos no Complexo da Maré.....	5
DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL NA FAVELA DE NOVA HOLANDA.....	9
Perfil econômico da rua Principal.....	12
PRODUÇÃO DE ESPAÇO SEGREGADO OU ESPAÇOS DIFERENCIADOS?.....	17
Conclusão.....	27
Anexos.....	30
Bibliografia.....	32

Introdução

Este trabalho tem como objeto de reflexão a organização sócio espacial da Favela de Nova Holanda, nesse sentido pode-se observar que essa "comunidade"*** se caracteriza por uma possível segregação na segregação, ou seja, dentro desta mesma favela, considerada segregada existe a produção de espaços segregados ou mesmo diferenciados.

O primeiro capítulo faz uma abordagem histórica das favelas no Rio de Janeiro, com particular atenção ao processo de formação do Complexo da Maré, no qual a Nova Holanda está incluída.

O segundo capítulo tenta espacializar possíveis diferenças de renda da "comunidade", nesse sentido as ruas Teixeira Ribeiro e Principal são objetos de análise, posto que do ponto de vista econômico e social elas são mais valorizadas em relação as áreas mais afastadas, como por exemplo as ruas mais próximas da Linha Vermelha.

O terceiro capítulo, deste trabalho, tenta dar uma abordagem mais teórica a respeito do que seria a segregação, assim como os seus agentes causadores. Baseado em Roberto Lobato e outros autores, este Capítulo aborda, ainda, o papel do Estado frente às áreas segregadas, e como se dão as relações entre as classes populares que vivem nas favelas frente as intervenções dos Estado. Os anexos retratam um pouco das contradições abordadas.

CAPÍTULO I

FAVELA E A SUA EXPANSÃO EM 1960

O crescimento populacional das favelas do Rio de Janeiro na década de 50 foi bastante elevado. Em 1960 elas abrigaram 335.063 pessoas, o que leva a crer no crescimento de 98% em relação 1950, posto que nessa época elas abrigavam cerca de 169.305 habitantes. Houve diferenciação da forma de crescimento, ou seja, ele aconteceu de forma diferenciada nas diversas favelas: o centro e a zona do Méier apresentaram pequenas taxas (menos de 50%), a zona sul e a Tijuca mostram um acréscimos de 51 a 100%. Nas zonas suburbanas é que o crescimento da população favelada se dá de maneira mais significativa, registrando índices superiores a 150% na zona da Leopoldina, e a 200% na de Madureira . No caso da Leopoldina o crescimento da Favela da Maré contribui significativamente para o aumento dessa taxa.

Na década de 60 já eram 08 “comunidades” a comporem o Complexo da Maré: Parque Maré, Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos. Em 1960, 32% das favelas e 33% da população favelada se localizavam na zona da Leopoldina, nas proximidades da Avenida Brasil. Logo após vinham a zona do Centro-Tijuca (18% e 23%), a área da zona sul (22% e 20%), a área da zona da Central do Brasil (20% e 18%) e a zona periférica do antigo Estado da Guanabara (8% e 6%).

Segundo o Censo de 1960, 36% da mão-de-obra dos favelados eram absorvidas na construção civil e nas atividades industriais, que à época necessitava de mão-de-obra intensiva no processo produtivo.

A maioria das favelas surgidas no Rio entre 1948 e 1960 se localizavam próximas à Avenida Brasil. O ano de 1960, demonstra que 33% das favelas construídas, assim como 52% dos favelados se localizavam nessa área. É preciso salientar que essa região, num primeiro momento, é praticamente destinada à localização de indústrias, e isso se dá dentro de uma política governamental de apoio à localização industrial nessa área.

Já num segundo momento, é importante salientar dois aspectos importantes: 1) as invasões promovidas pelas classes populares em busca de moradia próxima ao local de trabalho; 2) a resistência dessas classes para se manterem nesse local. Assim, é dada a essa área um novo destino que não o estatal/industrial, e sim o popular (favela).

As diversas relações tratadas até o presente no que concerne as favelas do Rio de Janeiro, estão ligadas ao processo de favelização do Complexo da Maré/Nova Holanda. Acredita-se que essas relações são respostas das classes populares à falta de moradia popular que desse conta de suas necessidades.

O Complexo da Maré

O Complexo da Maré é composto de 15 “comunidades”, cada uma possui suas respectivas Associações de Moradores e, reunidas, numa espécie de Fórum de representações de todas essas associações – UNIMAR – União das Associações do Bairro da Maré. Atualmente o Complexo é formado pelas seguintes comunidades:

- (1) Nova Holanda;
- (2) Parque Rubens Vaz;
- (3) Parque União;
- (4) Parque Roquete Pinto;
- (5) Praia de Ramos;
- (6) Marcílio Dias;
- (7) Conjunto Esperança;
- (8) Vila do João;
- (9) Conjunto Vila do Pinheiro;
- (10) Conjunto Bento R. Dantas;
- (11) Morro do Timbau;
- (12) Baixa do Sapateiro;
- (13) Conjunto Nova Maré;
- (14) Parque Maré;
- (15) Vila do Pinheiro.

Atuam no Complexo da Maré diversos órgãos governamentais, como: COMLURB, Postos de Saúde, Centro de Defesa da Cidadania, CEDAE, Creches da Prefeitura, Escolas Municipais, CIEPs, XXX Região Administrativa, etc. A partir da Lei 2.119, de 19 de Janeiro de 1994, o Complexo da Maré passa a ser denominado Bairro da Maré, com uma população de 106.000 habitantes, segundo o último censo de 1996. Com relação a distribuição desses órgãos pelas favelas percebe-se uma maior concentração na comunidade de Nova Holanda.

Com relação ao desenvolvimento das atividades econômicas no interior das diversas comunidades do Complexo, podemos destacar duas: atividades industriais e o comércio, sendo a primeira fortemente localizadas no Morro do Timbau e na Baixa do Sapateiro, já a segunda é desenvolvida com maior intensidade na Nova Holanda. É preciso salientar que as demais "comunidades" também atuam nessas áreas, porém de forma menos intensa.

Processos sócio-espaciais ocorridos no Complexo da Maré

Em meados da década de 40 ao início da de 50, dois fatores importantes impulsionaram a expansão da ocupação na Baixa do Sapateiro, Timbau e Parque Maré: a abertura da Avenida Brasil e a localização de indústrias ao longo dela. É preciso ressaltar que as estradas e os meios de transporte eram bastante deficientes, o que levava muitos trabalhadores a morarem cada vez mais próximos de seu trabalho. Nesse sentido, a questão da proximidade do emprego

possibilitava um aumento da renda dessa população e a localização da Maré era bastante próxima dos empregos gerados na época. É importante frisar que a Baixa do Sapateiro e Timbau haviam surgido bem antes da década de 40 e 50.***

No final de 1950, duas invasões possibilitaram a ampliação das favelas nessa área, o que levou ao surgimento do Parque Major Rubens Vaz e Parque União. Já no início de 1960, surgiu a favela de Nova Holanda dentro de uma política de remoções de favelas, adotada pelo governo de Carlos Lacerda.

Nesse sentido, foram construídas, pelo governo de então, casas de madeira visando abrigar as famílias removidas das favelas do Esqueleto (atual área da UERJ/Rio), Praia do Pinto, Ilha das Dragas, e outras pequenas moradias precárias surgidas nos arredores dessas áreas. A Nova Holanda era administrada pela Fundação Leão XIII, que impedia a substituição das casas de madeira por alvenaria.

Em 1979, o Governo federal lança as bases do que viria a se chamado de Projeto Rio. Inicialmente, esse Projeto previa a remoção de todas as favelas da Maré. Uma vez urbanizada e aterrada seria destinada a indústrias e outros tipos de habitações. Outra intenção do Projeto Rio era a construção da Linha Vermelha e a duplicação da Avenida Brasil.

* O autor do trabalho apresentado é membro da "comunidade" estudada

** O Termo comunidade leva-se a crer num espaço comum e esse trabalho tenta mostrar justamente o

contrário. *** A Baixa do Sapateiro teria surgido em 1925 (SAGMASCS) e o Timbau 1930 (Carlos Nelson dos Santos) segundo relatório preliminar da pesquisa "histórias dos Bairros da Maré. IPPUR/UFRJ.1990.Apud. In: KARSCH e COMPANS

Ao saberem do Projeto Rio em detalhes, e com receio da remoção, as associações de moradores se unem e fundam a CODEFAM – Comissão de Defesa das Favelas da Maré. Essa comissão foi o meio de interlocução das comunidades atingidas pelo Projeto Rio com o Poder Público. A CODEFAM buscou apoio das entidades profissionais, religiosas, universidades etc na luta contra a remoção. KARSCH e COMPANS dão uma significativa contribuição ao processo histórico deste momento ao tecerem o seguinte comentário:

um intenso debate se desenrolou na imprensa em torno da validade do Projeto Rio evidenciando a opinião do Governo, dos técnicos e dos favelados. A opinião pública de uma forma geral tendeu a apoiar a intervenção federal, escandalizada com as imagens veiculadas sobre as palafitas, que mostravam crianças convivendo com ratos, doenças infecciosas, subnutrição, etc. As lideranças comunitárias, por sua vez, denunciavam a manipulação com que as informações estavam sendo veiculadas, que, segundo eles, induziam a opinião pública a acreditar que o complexo da Maré era composto somente por palafitas, quando estas correspondiam a apenas 15% do total de Construções, 1992 : 12)

Travado todo esse debate, o governo cede ao posicionamento das entidades da sociedade civil e dos técnicos, que foram favoráveis aos moradores no sentido de permanecerem nessa área que já ocupavam há décadas, e a urbanizaram, na maioria das vezes, sem ajuda governamental. Várias reivindicações do CODEFAM foram atendidas, dentre elas podemos destacar:

KARSCH, Thomas e COMPASNS, Rose. Política Social, Conflitos e Participação: Um diálogo na Maré. FASE/GTZ, Rio de Janeiro, 1992. P.12.

- (a) não remoção das moradias (exceto as palafitas);
- (b) Urbanização da região, substituindo as antigas redes de esgoto, feitas pelos moradores;
- (c) construções de conjuntos habitacionais para onde seriam transferidas as famílias que viviam nas palafitas;
- (d) participação dos diversos representantes da comunidade da maré em todas etapas do Projeto Rio.

Para atender parte dessas reivindicações, o BHN constrói a Vila do João, Vila Pinheiros, Conjunto Esperança e Conjunto Pinheiro, ampliando ainda mais o conjunto das comunidades pertencentes ao Complexo da Maré.

Já em 1984, a favela de Nova Holanda deixa de ser administrada pela Fundação Leão XIII, elegendo uma diretoria para a Associação de Moradores. Um dos primeiros pontos a ser priorizado por essa associação foi a luta pela substituição dos barracos de madeira por casas de alvenaria, conseguindo junto ao poder público a reconstrução de 253 habitações. É necessário salientar duas situações: na rua Teixeira Ribeiro esse processo de substituição é anterior à década de 80, o que só reforça a tese de uma consolidação mais antiga nessa área. Em outras áreas, esse processo se deu de forma diferenciada, isto é, a substituição ocorreu, ora bastante acentuada, num curto espaço de tempo, ora de forma gradual e lenta, após 1984.

CAPÍTULO II

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL NA FAVELA DE NOVA HOLANDA

Situada no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, a Nova Holanda sofreu uma significativa transformação urbanística nas décadas de 80 e 90. Ou seja, se nas décadas anteriores havia uma profunda carência de asfaltamento, água, luz, esgoto, coleta de lixo e habitacional, esses problemas foram, parcialmente, sendo solucionados ao longo dos anos 80/90 em praticamente toda a "comunidade". É preciso destacar que a Associação de Moradores de Nova Holanda desempenhou um papel significativo nessas transformações, ou seja, ela passa a pressionar mais o Estado, e conseqüentemente consegue junto ao mesmo melhorias estruturais.

No plano econômico, o setor de comércio é o que mais se destaca, principalmente na Teixeira Ribeiro onde encontram-se 3 supermercados, 8 lojas de materiais de construção, 01 shopping com cerca de 10 lojas, 2 padarias, 22 lojas de roupas e cerca de 15 lojas de eletrodomésticos e utensílios do lar. No que diz respeito aos serviços, embora não tenham a mesma importância econômica do comércio, é preciso destacar que nessa área pode-se encontrar os seguintes serviços: 1 correio, 1 posto de assistência médica municipal, 1 consultório odontológico privado, 01 pequena empresa de assistência elétrico-eletrônica, 3 salões de beleza, 3 lojas que atuam nas áreas de fotos, fotocópias, 01 loja de concertos de bicicleta e 01 de pintura de reforma de geladeira.

A rua Teixeira Ribeiro é uma espécie de paradoxo, pois se por um lado há geração de emprego e renda para a "comunidade", por outro lado em função de sua valorização tem "expulsado" moradores mais antigos ou mesmo comerciantes menos capitalizados. Geralmente esses dois últimos agentes dirigem-se para outras ruas menos valorizadas sendo que sob a condição de proprietário, de uma área não tão nobre quanto a anterior, ou mesmo na condição de inquilino.

Outro aspecto relevante é o de que existem diversos comerciantes que não moram e ou nunca moraram em Nova Holanda. Nesse caso acredita-se que isso se deu/da em função da valorização dessa área, que trouxe consigo comerciantes de outras áreas mais precisamente de bairros da classe média. O fato desses comerciantes estabelecerem seus negócios na rua Teixeira Ribeiro não quer dizer que eles mudaram-se com sua família para a "comunidade". Em função da exiguidade do tempo não foi possível quantificar quem (comerciantes antigos que moraram/ moram ou que vieram de fora) é que detém as lojas de maiores portes. No entanto em conversas com alguns pessoas que trabalham no comércio presumi-se que os comerciantes que vieram de foram sejam os donos de maior parte dessas lojas.

Para se ter uma idéia do valor dos imóveis dessa rua basta compara-lo aos das demais ruas, pois muitas vezes essa diferença chega 1 para 5, ou seja, com a venda um (1) imóvel na rua da Teixeira Ribeiro pode-se comprar com os mesmos recursos da venda até cinco (5) imóveis em outras ruas.

No que tange o aluguel de um (01) imóvel na Teixeira dependendo do tamanho ele pode variar de R\$350,00 a R\$2000. A valorização desses imóveis em detrimento de outros possa ser que esteja associada aos seguintes aspectos:

- (a) um comércio extremamente diversificado;
- (b) área de grande fluxo de pessoas;
- (c) área com infra-estrutura mais antiga;
- (d) imóveis mais valorizados em relação aos demais;
- (e) uma feira livre durante os sábados;
- (f) rua mais larga em relação as demais.

Essas características possibilitaram aumento de renda da população residente nessa área, posto que houve um significativo acréscimo no valor dos imóveis localizados nessa região. A renda auferida por esses imóveis é conseguida através do aluguel, (comercial, logo mais caro em relação aos destinados a moradia) da abertura de um negócio próprio ou da venda do imóvel. Com relação ao último aspecto, isso acontece porque ao vender o imóvel o residente compra outro, muitas vezes na própria comunidade, porém menos valorizado. Isso acaba lhe possibilitando uma renda, ainda que muitas vezes temporária.

Perfil econômico da Rua Principal

A rua Principal está inserida num processo de espraiamento das atividades comerciais/serviços da Teixeira Ribeiro da qual é perpendicular para ela. Isso fica evidente quando se vê o crescente número de bares, lanchonetes, salões de beleza, padarias, pequenas lojas de venda de roupas, depósitos de bebidas, armarinhos, etc.

É possível dizer ainda que esse processo se dá juntamente com a escassez de espaço físico na Teixeira Ribeiro, pois há uma necessidade de ampliação de lojas e/ou construção de outras.

Com o espraiamento para a Rua Principal das diversas atividades econômicas, anteriormente mais restritas à Teixeira Ribeiro, percebe-se uma maior valorização dos imóveis dessa área. Pode-se dizer que essas ruas passaram por um processo de coesão, que segundo Roberto Lobato é o movimento que leva as atividades similares ou não a se localizarem juntas. A diferença básica que se vê na Teixeira Ribeiro em relação à rua Principal está calcada na sua consolidação de espaço comercial mais antiga.

As áreas mais próximas à Linha Vermelha são menos valorizadas que as duas ruas discutidas até o momento. Isso ocorre por dois aspectos centrais :

- (1) áreas menos consolidadas (infra-estrutura mais recente)
- (2) menor fluxo de pessoas.

Essas duas características vão influenciar na composição da renda dessa população, de forma significativa, ou seja, diferentemente da rua Teixeira Ribeiro e da rua Principal, os imóveis dessa área não possibilitam a essa parte da população uma renda tão significativa quanto às outras áreas já mencionadas. Isso não quer dizer que essas áreas não gerem renda para os donos desses imóveis, pois o processo de verticalização ocorrido nos anos 90 possibilitou a esses moradores alugarem pequenos cômodos a famílias de migrantes (principalmente de nordestinos).

Nesse sentido, percebe-se uma diferenciação do ponto de vista econômico/social na própria comunidade. Analisando a estruturação de Nova Holanda, é possível dizer que na "comunidade" existe uma espécie de gradiente de renda associado a área da moradia e propriedade. Isto é, o proprietário de imóvel da Teixeira Ribeiro consegue uma renda superior aos proprietários de outras áreas que conseqüentemente se apropriam do excedente salarial dos migrantes. Com relação aos migrantes esse espaço tem sido a sua única alternativa, uma vez que os cortiços entraram em decadência, isto é, a única forma de habitação popular para os grupos excluídos é a favela.

Os imóveis mais valorizados estão localizados na rua Teixeira Ribeiro e na rua Principal (ver anexos). Já as áreas mais afastadas dessas ruas são menos valorizadas, o mesmo acontecendo com a renda, ou seja, na medida que a renda diminui a tendência é do seu afastamento das áreas mais valorizadas. A figura 1.0 espacializa algumas das áreas tratadas até o momento.



FIGURA 1.0

- LEGENDA:
- 1) NOVA HOLANDA
 - 2) LINHA VERMELHA
 - 3) AV. BRASIL
 - 4) TEIXEIRA RIBEIRO
 - 5) PRINCIPAL
 - 6) ÁREAS PRÓXIMAS DA ANTIGAS PALAFITAS

↑
N



Embora não seja objeto central desse trabalho acredita-se que o processo de verticalização ocorrido da favela de Nova Holanda se apresenta de forma paradoxal, por um lado o morador mais antigo como proprietário e através do aluguel tenha melhorado suas condições de vida, por outro lado as outras pessoas que chegam de outras favelas ou do nordeste acabam tendo que destinar parte significativa do seu salário com o aluguel.

Cabe lembrar que, na década de 70 até as remoções das palafitas, grande parte da população migrante acabavam se estabelecendo nas palafitas. Por mais perverso que isso possa parecer essa opção acabava sendo a melhor por 2 (dois) motivos:

- 1) Estado não tinha uma política de moradia digna que desse conta das reais necessidades das classes populares;
- 2) Esses moradores não tinham que destacar parte do seu salário com o aluguel.

O mais perverso dessa relação está calcado na quebra dos laços de solidariedade. Isto é, a melhoria de vida de parte da população não significou a melhoria para outra parte.

Se é verdade dizer que, do ponto de vista econômico/social em relação a uma cidade, a favela é um espaço segregado, também pode-se considerar que no caso de Nova Holanda há uma espécie de segregação na segregação ou no mínimo a cidade está entrando na favela, ou seja, reproduzindo a lógica capitalista da cidade, segundo a qual uma pequena parcela da população mora onde quer e a maior parcela mora onde pode. Hoje a favela de Nova Holanda possui cerca de 40.000 habitantes (projeção para o ano 2000)¹, distribuída em cerca de 32 ruas.

¹)Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IMUPP

CAPÍTULO III

PRODUÇÃO DE ESPAÇO SEGREGADO OU ESPAÇOS DIFERENCIADOS?

Dentro da lógica do capitalismo o espaço da cidade ou dos bairros é caracterizado pelas diferentes utilizações, isto fica bastante evidente quando olhamos a cidade e conseguimos observar as diversas fragmentações que são feitas delas: centro comercial, área de concentração de atividades comerciais, de entretenimento, áreas industriais, áreas residenciais etc. Ao fazer essa observação, fica a impressão de que o espaço urbano da cidade tem como característica apenas a fragmentação, ou seja, não há qualquer articulação entre os elementos constituintes do espaço; no entanto, ao se fazer uma análise mais cuidadosa percebemos que "... o espaço é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável..." (CORRÊA, 1989 : 07). A articulação é um reflexo da própria organização da sociedade.

É possível dizer, ainda, que o espaço urbano é dividido em áreas segregadas, o que é uma característica básica de toda e qualquer sociedade capitalista, logo, a estrutura social dividida em classes passa a se refletir no espaço desigual. Pode-se dizer que a Nova Holanda é um reflexo das relações dessas relações, isso fica bastante evidenciado, posto que num mesmo espaço, considerado segregado, há produção de um espaço segregado ou no mínimo diferenciado diferenciado.

As áreas residenciais segregadas evidenciam o processo de reprodução das relações de produção e a diferenciação das diversas classes sociais. Nesse sentido, na própria comunidade de Nova Holanda haverá a reprodução de diferentes grupos sociais, uma vez que na mesma "Comunidade" há diferenciação de valor do uso do solo. O simbólico no espaço urbano de um dado bairro tem uma importância, significativa, para os seus residentes, posto que, é através dele que se dão as crenças, os valores e mitos, assim, a simbologia desse bairro é mais um "ingrediente" para a reprodução da sociedade de classes.

Os conflitos sociais são frutos da diferenciação e da fragmentação desigual do espaço, assim sendo, a cidade ou o bairro são caracterizados, também, como "palcos" e objetos das lutas sociais, posto que visam ao direito à cidade e à cidadania, que são privilégios de uma pequena parcela da população.

Segundo Roberto Lobato, o espaço urbano capitalista-fragmentado é um produto social, resultado de ação acumuladas através do tempo, e que também é engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Esses agentes atuam no sentido de direcionar o espaço ou mesmo transformá-lo, de modo que seus interesses sejam contemplados. Segundo o mesmo autor, esses agentes são divididos da seguinte forma:

- (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado;
- (e) os grupos sociais excluídos.

Embora cada um desses agentes transformadores da cidade ou do bairro mereça atenção especial ao se fazer análise do espaço segregado, faremos, aqui, uma discussão mais geral a respeito deles, porém daremos ênfase aos dois últimos, posto que, de certa forma têm uma relação mais “estrita”, com o objeto desse trabalho.

A ação dos agentes ocorre dentro de um limite jurídico, cuja característica principal é a regulação da atuação deles. Este limite, na maioria das vezes reflete o interesse dominante de um dos agentes sobre os demais. Ainda que haja conflitos e diferentes estratégias os entre os três primeiros agentes para impor seu modelo de espaço, há no entanto, entre eles, pontos comuns que os unem: a renda da terra e a reprodução das classes sociais. Esses agentes servem ao propósito dominante de toda e qualquer sociedade capitalista, que é o de reprodução das relações de produção, o que acaba propiciando a continuidade do processo de acumulação e a marginalização de vários grupos sociais. O papel desempenhado pelo Estado capitalista acaba

contribuindo para o agravamento dessas contradições.

As terras públicas são utilizadas pelo Estado de diversas formas, ou seja, num primeiro momento, elas servem como uma espécie de reserva fundiária que, estrategicamente, num segundo momento, servem para atender aos interesses dos diversos agentes em conflitos. O construção de nova Holanda é um bom exemplo dessa relação, já que havia um interesse muito grande por parte de grupos imobiliário na remoção das favelas e conseqüentemente dos favelados do Esqueleto, Praia do Pinto, Ilha das Dragas.

AZEVEDO e ANDRADE traz para a reflexão algumas tentativas do Estado em resolver o problema habitacional.

A criação, em 1946, da Fundação da Casa Popular, e a do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, são as duas mais conhecidas iniciativas no período que ilustram a tentativa de equacionar o problema habitacional. Essa prioridade a nível do urbano é explicável em virtude do processo de rápida industrialização das últimas décadas, que, atraindo um imenso contingente rural para as metrópoles e cidades médias, praticamente congestionou a rede urbana existente, incapaz de responder adequadamente às novas demandas. O resultado foi escassez de moradia, alta dos aluguéis, aumentando de construções clandestinas, favelas, especulação imobiliária e pressão sobre o sistema político

AZEVEDO, Sergio e ANDRADE, Luis Aureliano Gama. Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro 1982.P.16

É no entanto, com a implantação de diversos serviços públicos, como: calçamento, sistema viário, água, luz, esgoto, iluminação etc, de interesse tanto das empresas como da população, que os conflitos ficam mais evidenciados. CORRÊA dá uma contribuição valiosa quando ele tece o seguinte comentário:

A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desenvolvimento espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população que o Estado se torna alvo de centros de certas reivindicações de segmentos da população urbana.

Essas diversas possibilidades de intervenção do Estado (capitalista) não se dão de forma socialmente neutra, logo, sua ação é marcada pelo conflito de interesses das diversas classes sociais, assim como a aliança entre elas para que seja atendida seus interesses ou parte deles. No caso da Nova Holanda a atuação do Estado se deu de forma paradoxal, uma vez que durante sua presença na “Comunidade”, através da Fundação Leão XIII, não proporcionou melhorias tão significativas quanto as realizadas pela própria Comunidade organizada através de sua Associação de Moradores que passou a pressionar o estado nesse sentido.

A atuação do Estado (capitalista) visa criar condições de reprodução da sociedade capitalista cujo um dos alicerces está na reprodução das classes sociais. Visando a este propósito, cria uma série de mecanismos que propiciam a segregação residencial. Um bom exemplo é o Imposto Territorial e Predial Urbana, que atua no preço da terra e dos imóveis, conseqüentemente aqueles que têm renda mais elevada passam a residir em imóveis com valor mais elevado e em bairros onde o preço do imóvel ou da terra é mais alto.

A segregação residencial fica bastante clara quando o Estado (capitalista) atua na política de renovação urbana, pois ao viabilizar os interesses do capital imobiliário, ao mesmo tempo inviabiliza a permanência dos mais pobres nessa região, posto que essas áreas, ao passar por esse processo se tornam mais caras tanto para o residente, que não consegue pagar os impostos cobrados pelo estado, quanto para os possíveis migrantes, que não conseguem ocupar essa área. Nesse sentido, o Estado, também, é um agente “repulsor” das populações mais pobres de áreas próximas dos centros urbanos. LAGO faz análise bastante interessante no que tange a moradia na favela e a perspectiva dos Moradores de ascensão dos moradores.

Uma visão bastante difundida a partir dos anos 60 é a de que a favela seria a primeira alternativa de moradia do migrante recém-chegado, que ao alcançar uma certa estabilidade no trabalho passaria para a “segunda etapa” do seu percurso de ascensão social, tornando-se proprietário de um lote na periferia. O princípio ecológico da segregação espacial do migrante nas zonas centrais e de sua posterior mobilidade social e espacial ascendente orientou boa parte dos estudos sobre pobreza urbana. Algumas análises, no entanto, demonstraram que para muitos trabalhadores a favela era o fim e não o início de uma trajetória no interior da metrópole.

O Estado produz espaço possível de ocupação através de desmonte ou de aterros .Como exemplos, no Rio de Janeiro, pode-se citar: o aterro da área alagada do Complexo da Maré; o aterro para a instalação do Porto do Rio de Janeiro; o aterro visando a instalação do Jóquei Club.

No capitalismo há um diferencial bastante significativo no que se refere ao acesso dos bens e serviços produzidos socialmente, ou seja, apenas uma pequena parcela da população consegue ter acesso a esses bens e serviços. A habitação é um bom exemplo do processo seletivo, isto é, na medida que uma imensa parcela populacional não possui renda para comprar uma habitação ou pagar um aluguel, fica evidente o processo seletivo. O espaço da Nova Holanda está inserido dentro dessa sociedade capitalista, e acaba reproduzindo também as "mazelas" desse sistema, uma vez que parcelas significativas da comunidade além de receber salários exíguos sofrem com o pagamento de alugueis. Na verdade, esses alugueis, na favela, se tornaram na única saída para as classes populares, isso em função de 2 (dois) motivos centrais: sujeição do Estado aos outros agentes consumidores de Espaço urbano ; histórica e fracassadas tentativas por parte do Estado em resolver os problemas da habitação popular. Juntamente com esses problemas estão aspectos relacionados a subnutrição, a doenças, o desemprego, o subemprego e a discriminação residencial.

Para concluir, as classes sociais excluídas têm como possibilidades de moradias os cortiços – geralmente próximos ao centro da cidade - , os conjuntos habitacionais feitos pelo Estado – na maioria das vezes produzidos distantes do centro da cidade e conseqüentemente do emprego do trabalhador – e a favela. CORRÊA no entanto, mostra que a favela é, também, um espaço de sobrevivência :

É na produção da favela , em que terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos excluídos tornam-se, e efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade

Para as classes sociais excluídas, e em particular a de Nova Holanda, a moradia na favela significa a solução de dois problemas: o acesso ao local de trabalho e o habitacional. Isso é o reflexo do nosso modelo de sociedade, que não permite o acesso à cidade e à cidadania de contingentes significativos da Nação brasileira, que tentam viver com dignidade.

CORRÊA. Op. cit 30

Conceitualmente, dizer que dentro da favela de Nova Holanda há espaços segregados pode-se cair em erros conceituais, pois para se chegar a tal conclusão seria necessário um maior embasamento teórico, assim como maior tempo para tal. No entanto, pode-se dizer que há na favela de Nova Holanda a produção de espaços diferenciados.

Conclusão.

Ao trazer para discussão a questão da segregação na favela de Nova Holanda a meta a ser alcançada é a de mostrar que o espaço da favela não é homogêneo, ou seja, dentro da própria "comunidade" que já é considerada segregada existe a produção de espaços diferenciados. Nesse sentido, o comércio da Teixeira Ribeiro possibilitou pontuar algumas dessas diferenças, que se acentuam ao longo do tempo; vide a possibilidade de renda para uns e a expulsão para outros, isto é, aqueles que residem em áreas valorizadas como a Teixeira Ribeiro e montam seu próprio negócio na maioria das vezes conseguem uma renda permanente, já os que vendem seus imóveis, na maioria das vezes, ficam com uma renda temporária.

Na sociedade brasileira, em que o desenvolvimento capitalista tem como uma das características centrais a distribuição desigual da riqueza, o uso do espaço urbano é um reflexo dessa diferenciação, ou seja, só uma pequena parcela da população pode ter acesso a essas áreas.

A construção da favela não deve ser vista como uma anomalia da cidade, algo que não faz parte dela, mas deve ser vista como o reflexo de uma sociedade capitalista/subdesenvolvida que priva parcelas significativas das classes populares de ter acesso à cidade e à cidadania. Nesse contexto a favela é uma possibilidade de moradia próxima do trabalho das classes populares, assim como a resistência das mesmas frente as tentativas de remoção feitas pelo Estado.

No entanto, há espaços na favela que revelam características de áreas tidas como não segregadas, ou seja, bairros de classe média. Isto fica evidente quando percebe-se a valorização de imóveis situados nas ruas Teixeira Ribeiro e Principal, com a conseqüente “expulsão” dos mais pobres dessas ruas. Além disso os donos dos imóveis situados nessas áreas, muitas vezes, oferecem a seus filhos a possibilidade de estudarem em colégios particulares, assim como maior acesso aos bens culturais e materiais. Esses dados só comprovam que na favela existem espaços heterogêneos, reproduzindo algumas das características da cidade capitalista subdesenvolvida, na qual ela faz parte, como a produção de espaços diferenciados. Nesse sentido, uma pequena parcela da população favelada de Nova Holanda passa a gozar de “alguns privilégios”, enquanto que a maior parte continua a viver à margem dos mesmos.

O papel desempenhado pelo Estado Brasileiro frente às favelas, no Rio de Janeiro, na maioria das vezes, foi o de repressor das classes populares, ou seja, ele não tinha como objeto de sua intervenção buscar alternativas junto à essa população no sentido de melhorar suas condições, assim como verificar as reais necessidades dessas classes populares, uma vez que historicamente ele tem representado os interesses de setores imobiliário e industriais. Uma de suas políticas mais perversas utilizadas contra as classes populares foi a de remoção das favelas.

O papel desempenhado pelas Associações de moradores frente ao Estado foi extremamente importante, um vez que elas passam a mobilizar os moradores no sentido de resistirem às remoções. Algumas vezes as Associações com o apoio da sociedade civil pressionaram o Estado no sentido de trazer melhorias para as favelas e tiveram êxito. Um exemplo concreto foi as melhorias trazidas para a "comunidade" do Complexo da Maré quando da implementação do Projeto Rio, que num primeiro momento previa a remoção de parte do Complexo, e num segundo momento cede às pressões da sociedade civil e das Associações e desiste das remoções, e passa a negociar com a própria comunidade trazendo assim melhorias significativas para o Complexo da Maré.

Esses dados reforçam, ainda mais, o entendimento de que só com a luta é que as classes populares podem ser ouvidas pelo Estado, e conseqüentemente, ter suas reivindicações atendidas pelo mesmo. No entanto é preciso maior participação da população favelada nos debates de modo a impedir que os seus interesses sejam subjugados pelos outros agentes produtores e consumidores do espaço urbano.

Este trabalho não visa terminar essas discussões, até porque como todo trabalho acadêmico nada pode ser dado como encerrado, e sim apenas o começo de trabalho que pode ser acrescido de idéias e conseqüentemente melhorado.



FOTO DE UMA RESIDÊNCIA DISTANTE
DA RUA TEIXEIRA RIBEIRO



FOTO DA RUA TEIXEIRA RIBEIRO
(Grande movimento comercial)

ANEXOS



FOTO DE CASAS PRÓXIMAS À LINHA VERMELHA



FOTO DA RUA PRINCIPAL

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

AZEVEDO, Sergio e ANDRADE, Luis Aureliano Gama. Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação.

CAMPOS, Oliveira de Andrelino. Do Quilombo à Favela: A produção dos Espaços “Criminalizados” no Rio de Janeiro Até a Década de 30. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

CORRÊA, Roberto Lobato (1989). O Espaço Urbano. São Paulo, Ática.

KARSCH, Thomas e COMPANS, Rose. Política Social, Conflitos e Participação: Um Diálogo na Maré. FASE/GTZ, Rio de Janeiro, 1992.

LAGO, Luciana Corrêa. Desigualdade sócioespacial e Mobilidade Residencial na Metrópole do Rio de Janeiro: Novas Tendências em Tempo de Crise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, AnoX, nº2, 1996, pp. 57-76.

SANTOS, Nascimento do Saldanha Carlos João. Cotidiano e Classes Populares: Estudo de Caso no Bairro da Baixa do Sapateiro. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do IPPUR/UFRJ

SILVA, Sandra Monarcha . Espaço Favela – O Projeto Rio e a favela da Maré. Tese de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação do IPPUR/UFRJ

SIMÕES, Ricardo Manoel. Movimentos Sociais e Autogestão em Nova Iguaçu. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do IPPUR/UFRJ.